



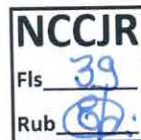
ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Parecer nº 1304/2025/CCJR

Referente ao projeto de lei nº 1826/2025 “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Taekwondo Artes e Cidadania – ATAC, e dá outras providências.”.

Autor: Deputado Dilmar Dal Bosco

Relator (a): Deputado (a) Edson de 3 Julho

### I – Relatório

A presente iniciativa foi recebida e registrada pela Secretaria de Serviços Legislativos no dia 12/11/2025, sendo colocada em pauta no dia 19/11/2025, tendo seu devido cumprimento no dia 03/12/2025, após o cumprimento de pauta foi encaminhada para esta Comissão no dia 04/12/2025, tendo aqui aportado na mesma data, tudo conforme folhas 02-32v.

Com efeito, submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei nº 1826/2025, de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco, que visa declarar de Utilidade Pública Estadual a “**ASSOCIAÇÃO DE TAEKWONDO ARTES E CIDADANIA – ATAC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.

O Autor assim argumenta em sua justificativa:

Trata-se de iniciativa legislativa, na modalidade de Projeto de Lei, amparado no Artigo 37, inciso III, c/c Artigo 39, ambos da Constituição Estadual de Mato Grosso, que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Taekwondo Artes e Cidadania - ATAC, com inscrição no CNPJ n.º 18.376.650/0001-00, localizada no município de Santa Rita do Trivelato, no Estado de Mato Grosso.

Associação Taekwondo Artes e Cidadania - ATAC, foi fundada no ano de 2012, com sede e foro na cidade de Santa Rita do Trivelato/MT, é uma associação de direito privado, é uma entidade social de prática desportivas (organização civil), constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de caráter privado, e em caráter beneficente de assistência social do desporto/esporte educacional, do desporto/esporte de participação e do desporto/esporte de rendimento, nos termos da Lei n.º 9.615/1998, regulada pelo Decreto n.º 7.984/2013, de administração coletiva, é uma organização sem fins econômicos, e é regida pelo estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis.

Desde sua criação, a ATAC vem atuando de forma ativa na formação esportiva e cidadã de crianças, adolescentes e jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, utilizando o esporte como ferramenta de inclusão, disciplina e superação. Desenvolve suas atividades de forma contínua em parceria com escolas, instituições públicas e entidades comunitárias, contribuindo para o fortalecimento do esporte e da cultura no Estado de Mato Grosso.



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Ao longo de sua trajetória, a associação tem se destacado pela organização de eventos esportivos, campeonatos, oficinas, cursos e palestras voltados ao incentivo da prática esportiva e à formação de novos atletas e cidadãos conscientes. Entre suas ações de maior relevância estão projetos voltados à iniciação esportiva, camping olímpicos, participações em competições estaduais e nacionais e ações de voluntariado e integração comunitária.

A associação também atua na promoção da saúde, educação e cidadania, buscando, por meio do esporte o desenvolvimento integral de seus participantes. Sua equipe técnica é composta por professores e mestres de taekwondo qualificados, com formação reconhecida e compromisso com a ética esportiva e os princípios da modalidade.

A associação de Taekwondo, Assistência e Cidadania tem por finalidade:

I – a prática da modalidade de taekwondo em caráter inicial e com possibilidade da prática de outras artes marciais;

II – difundir a prática do taekwondo e qualquer arte marcial entre seus associados e atendidos, proporcionando a estes, meios ao seu alcance para que possam participar dos campeonatos e torneios oficiais, além de incentivar esta prática e estimular o crescimento mental, psicológico, intelectual, moral e físico dos participantes;

III – promover competições, torneios e exames de graduação em suas dependências, sempre mediante prévia autorização do órgão e ou entidade regulador (a) competente para tanto, a fim de incentivar a prática das modalidades diversas de artes marciais no Estado de Mato Grosso, com as autoridades desportivas a que estiver vinculada, afim de elevar o nível moral, técnico e organizacional do taekwondo e das demais artes marciais que vier a ter;

IV – formar cidadãos, professores e alunos através da metodologia filosófica do conhecimento dentro dos moldes das artes marciais diversas;

V – desenvolver projetos que fomenta a artes marciais como, dança, música, cinema e teatro;

VI - prestar apoio e orientação a pessoas carentes;

VII – fornecer ajuda a pessoas com necessidades comprovadas;

VIII – prestar ajuda de locomoção de estudantes, atletas, idosos e portadores de necessidade especial;

IX – auxiliar todos que precisam de ajuda sem discriminação de credo, dolo, raça e religião;

Posto isto, é justificativa necessária para apresentar a presente iniciativa legislativa, esperando-se que a mesma seja recebida, processada, analisada, votada e aprovada pelas Comissões Permanentes competentes e, por fim, votada e aprovada pelos membros deste Parlamento Estadual, como medida de direito e justiça.

Em consulta realizada em 05/08/2025 no sistema eletrônico de controle legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a SSL verificou a **inexistência de proposições análogas ou conexas em tramitação**, bem como de normas jurídicas estaduais vigentes que apresentem conteúdo idêntico ou similar ao do presente projeto (fl. 32).





No âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas e/ou substitutivos, estando, portanto, o projeto de lei em questão, apto para análise e parecer quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico.

É o relatório.

## **II – Análise**

### **II. I – Das Preliminares**

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, de acordo com o artigo 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso, e artigo 369, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, opinar quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico sobre todas as proposições oferecidas à deliberação da Casa.

No que diz respeito à tramitação e abordagem do tema, o Regimento Interno prevê dois casos: no primeiro, verifica-se a existência de lei que trate especificamente do tema abordado, se confirmada o projeto será arquivado. No segundo, a existência de projetos semelhantes tramitando, se houver, a propositura deverá ser apensada.

Segundo pesquisas realizadas, seja na internet ou intranet da Assembleia Legislativa de Mato Grosso sobre o assunto, não foi encontrada nenhuma propositura referente ao tema (fl. 32). Isso significa a inexistência de obstáculo regimental ao prosseguimento da proposta de lei, desse modo tal propositura preenche os requisitos necessários para análise de mérito por parte desta Comissão.

### **II.II – Da Análise Constitucional, Regimental, Legal e Jurídica**

Nos termos do art. 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso e o art. 369, I, “a”, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, legalidade e regimentalidade das proposições submetidas à sua apreciação.

A competência legislativa da Assembleia Legislativa decorre do art. 25 da Constituição Federal, que garante autonomia aos Estados para legislar sobre matérias de interesse local e normas complementares, e do art. 18 da Constituição Estadual, que assegura ao Estado de Mato Grosso a edição de leis e a adoção de atos pertinentes aos seus interesses e ao bem-estar da população

A Lei nº 8.192, de 05 de novembro de 2004, estabelece em seu artigo 1º os requisitos necessários para que o Estado reconheça a entidade como de utilidade pública, *in verbis*:



A declaração de utilidade pública estadual, nos termos da Lei Estadual nº 8.192, de 17 de novembro de 2004, com alterações introduzidas pelas Leis Estaduais nº 8.548/2006, 10.192/2014, 10.683/2018 e 11.425/2021, exige o atendimento dos seguintes requisitos:

- Personalidade jurídica regularmente constituída (art. 1º, I);
- Funcionamento ininterrupto há mais de um ano (art. 1º, II);
- Não remuneração de diretores e conselheiros, salvo exceção legal prevista na Lei Federal nº 9.790/1999 (art. 1º, III);
- Idoneidade moral dos gestores (art. 1º, IV);
- Reconhecimento como entidade de utilidade pública municipal (art. 1º, V);
- Possibilidade de comprovação por autoridade local (parágrafo único do art. 1º);
- Inclusão obrigatória do CNPJ no texto do projeto de lei (art. 1º-A).

Ademais, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 8.192/2004, a declaração de utilidade pública, respaldada em lei de iniciativa parlamentar, não gera obrigação de concessão de benefícios ou favores pelo Poder Público estadual.

Assim, uma vez atendidos os requisitos legais, o parecer favorável da CCJR deve registrar que a proposta não acarreta qualquer encargo financeiro ao Estado, tratando-se de ato meramente declaratório.

O artigo 155, XII, do RI-ALMT, veda a tramitação de proposições que não atendam integralmente aos requisitos legais.

Por sua vez, o art. 159, caput, do mesmo Regimento estabelece o caráter terminativo do parecer da CCJR nas matérias que tratam da declaração de utilidade.

### II.III – Da Instrução e Documentação Comprobatória

No tocante ao atendimento das exigências legais (Lei nº 8.192/2004), verifica-se que foram devidamente apresentados os seguintes documentos:

#### 1. Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (art. 1º, I)

À fl. 05, emitido pela Receita Federal em 28/10/2025, constando a data de abertura da entidade em 22/03/2013, superior ao prazo mínimo exigido de um ano.

#### 2. Estatuto Social da entidade (art. 1º, I e II)

Às fls. 14 a 30, cópia devidamente registrada no Cartório do 2º Ofício de Nova Mutum/MT, não constando alterações posteriores arquivadas.





**3. Ata da Assembleia de Constituição, Eleição ou Recondução e Posse da Diretoria e Conselhos (art. 1º, II, III e IV)**

Às fls. 33 a 38, ata da reunião realizada em 02/02/2022 e devidamente registrada Cartório do 2º Ofício de Nova Mutum/MT, contendo a composição da Diretoria Executiva.

**4. Declaração de Idoneidade Moral e de Não Remuneração dos Diretores e Conselheiros (art. 1º, II, III, IV e parágrafo único)**

À fl. 31, firmada pelo Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Volmir Bassani, contendo: identificação e CNPJ da associação, nomes dos dirigentes, declaração de funcionamento da entidade, idoneidade moral e inexistência de remuneração dos diretores e conselheiros (conforme relação constante da ata de fundação).

**5. Cópia da Lei Municipal de Reconhecimento de Utilidade Pública (art. 1º, V e art. 1º-A)**

À fl. 06, Lei Municipal nº 681, de 07/07/2020, sancionada pelo então Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Egon Hoepers.

**6. Conferência do atendimento ao art. 1º-A da Lei nº 8.192/2004**

Verificada a inserção expressa do número do CNPJ no texto do projeto de lei (fl. 02):

*“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Taekwondo Artes e Cidadania - ATAC, com inscrição no CNPJ n.º 18.376.650/0001-00, localizada no município de Santa Rita do Trivelato, no Estado de Mato Grosso.*

*Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”.*

**7. Requerimento formal do autor da proposição (art. 2º)**

Às fls. 02-04, projeto de lei devidamente assinado pelo Deputado proponente, protocolado sob nº 11875/2025, em 12/11/2025, solicitando o reconhecimento da entidade.

Ressalta-se que a proposição não impõe qualquer obrigação financeira ao Estado, tratando-se de mero ato de reconhecimento legislativo.

Constatado o integral atendimento das exigências constitucionais, legais, jurídicas e regimentais, não há óbice à regular tramitação da matéria.

Por fim, a teor do art. 159, *caput*, do RI-ALMT, a manifestação da CCJR possui caráter terminativo, dispensando a apreciação em Plenário.

É o parecer.



### III – Voto do (a) Relator (a)

Pelas razões expostas, voto **favorável** à aprovação do Projeto de Lei nº 1826/2025, de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco.

Sala das Comissões, em 16 de 12 de 2025.

### IV – Ficha de Votação

|   |
|---|
| Projeto de Lei nº 1826/2025 – Parecer nº 1304/2025/CCJR |
| Reunião da Comissão em 16 / 12 / 2025                   |
| Presidente: Deputado (a) Eduardo Botelho                |
| Relator (a): Deputado (a) Eduardo Botelho               |

|   |
|---|
| Voto Relator (a)  |
| Pelas razões expostas, voto <b>favorável</b> à aprovação do Projeto de Lei nº 1826/2025, de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco. |

| Posição na Comissão | Identificação do (a) Deputado (a) |
|---------------------|-----------------------------------|
| Relator (a)         |                                   |
| Membros (a)         |                                   |
|                     |                                   |
|                     |                                   |
|                     |                                   |
|                     |                                   |
|                     |                                   |
|                     |                                   |